



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE CRUZ ALTA EM 10.10.2016

Aos 10 dias do mês de outubro de 2016, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Cruz Alta o Excelentíssimo Senhor MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo n. 0005535-15.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Substituto Rafael Fidelis de Barros, pela Diretora de Secretaria Adriana Gambini de Oliveira e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 23.11.1965

Data da última correição realizada: 06.10.2015

Data de Implantação do PJe: 18.09.2015

Jurisdição: Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Quinze de Novembro e Tupanciretã

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 10.10.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Maristela Bertei Zanetti	Juíza Titular	Desde 10.09.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 30.09.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Cruz Alta, pertence à 76ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação singular.

2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Maristela Bertei Zanetti	Desde 10.09.12	Juíza titular	04 anos, 1 mês e 02 dias
2	Denilson da Silva Mroginski (Juiz do Trabalho Substituto)	30.01.15	Atuou em pauta em razão de impedimento da Juíza Titular	01 dia
		14.08.15	Atuou em pauta em razão de impedimento da Juíza Titular	01 dia
		02.10.15	Atuou em pauta em razão de impedimento da Juíza Titular	01 dia
		24.06.16	Atuou em pauta em razão de impedimento da Juíza Titular	01 dia
3	Átila da Rold Roesler (Juiz do Trabalho Substituto)	12.03 a 10.04.15	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	29 dias
		05.05 a 14.05.15	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	10 dias
4	Kelen Patrícia Bagetti (Juíza do Trabalho Substituta)	15.05 a 18.05.15	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	04 dias
5	Táise Sanchi Ferrão (Juíza do Trabalho Substituta)	15.06 a 28.06.15	Atuou como Juíza Auxiliar	14 dias
6	Roberta Testani (Juíza do Trabalho Substituta)	29.06 a 14.07.15	Atuou como Juíza Auxiliar	16 dias
		06.10 a 02.11.15	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	27 dias
7	Juliana Oliveira (Juíza do Trabalho Substituta)	20.11.15	Atuou em pauta em razão de impedimento da Juíza Titular	01 dia
8	Marina dos Santos Ribeiro (Juíza do Trabalho Substituta)	03.03 a 04.03.16	Atuou em pauta em razão de impedimento da Juíza Titular	02 dias
9	Maurício Graeff Burin (Juiz do Trabalho Substituto)	28.03 a 24.04.16	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	28 dias
		02.05 a 01.06.16	Atuou como Juiz Auxiliar	31 dias
		03.06 a 14.06.16	Atuou como Juiz Auxiliar	12 dias



		26.08.16	Atuou em pauta em razão de impedimento da Juíza Titular	01 dia
10	Carolina Cauduro Dias de Paiva (Juíza do Trabalho Substituta)	08.07.16	Atuou em pauta em razão de impedimento da Juíza Titular	01 dia
11	Rafael Fidelis de Barros (Juiz do Trabalho Substituto)	12.09 a 12.10.16	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	31 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 30.09.2016)

2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total em Dias
Titular	Maristela Bertei Zanetti	Férias	12.03 a 12.04.15	32
		Férias	05.05 a 18.05.15	14
		Férias	06.10 a 16.10.15	11
		Férias	19.10 a 02.11.15	15
		Afastamento conforme PA 0000750-10.2016.5.04.0000	03.03 a 05.03.16	03
		Férias	28.03 a 26.04.16	30
		Férias	12.09 a 12.10.16	31

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 30.09.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Adriana Gambini de Oliveira	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretor(a) de Secretaria (CJ3)	22.03.99
2	Claudia Lorentz de Carvalho Leitao	Analista Judiciário - Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	09.10.12
3	Mario Cesar Pontes da Silva	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	22.07.10
4	Magda Hulda Olschowsky Borges	Analista Judiciário - Área Judiciária	Secretário(a) de Audiência (FC03)	21.11.94



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5	Ana Paula Leal Rodrigues	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	21.08.02
6	Daniel Castagna Lovato	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	07.01.14
7	Fernanda Taborda Maier Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	31.05.15
8	Aliciene Bueno Antochaves de Lima	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	21.01.16
9	Marcia Aparecida Stiebbe Kuchak	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	15.01.13
10	Miriam Ramos Gonzalez da Motta	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	12.12.11
11	Renata Biavaschi Bittencourt	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	28.07.08
OFJ	Marla Zeni Rossatto	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	14.04.08
OFJ	Charles Bouffleur	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	14.07.08

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.10.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.143,33 processos	1.001 a 1.500	11 servidores	11 a 12 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto



na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Cruz Alta está de acordo com os parâmetros previsto nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Adriana Gambini de Oliveira	Curso ou Evento (CURS)	09	09
Claudia Lorentz de Carvalho Leitao	Curso ou Evento (CURS)	03	08
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	05	
Mario Cesar Pontes da Silva	Curso ou Evento (CURS)	05	05
Magda Hulda Olschowsky Borges	Curso ou Evento (CURS)	01	17
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	16	
Ana Paula Leal Rodrigues	Dispensa Médica (DM)	01	21
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	20	
Daniel Castagna Lovato	-	-	-
Fernanda Taborda Maier Silva Desde 31.05.15*	Dispensa Médica (DM)	01	14
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	11	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
Aliciene Bueno Antochaves de Lima Desde 21.01.16	-	-	-
Marcia Aparecida Stiebbe Kuchak	Dispensa Médica (DM)	12	19
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	3	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	
Miriam Ramos Gonzalez da Motta	Curso ou Evento (CURS)	01	10
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	05	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	04	
Renata Biavaschi Bittencourt	Doença em Pessoa da Família (LPF)	09	11



	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	02	
Marla Zeni Rossatto	Curso ou Evento (CURS)	01	188
	Licença-Gestante (LG)	120	
	Licença-Gestante Prorrogação (LG)	60	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	7	
Charles Bouffleur	Curso ou Evento (CURS)	01	01

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.10.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na Vara do Trabalho inspecionada, houve restrição de horário do expediente externo ao período das 12h às 18h, com a manutenção dos prazos em curso e audiências, a partir de 15.06.15, conforme a Portaria nº 02/2015, expedida pela Juíza Titular Maristela Bertei Zanetti. Foi reestabelecido o horário normal de atendimento ao público externo a partir de 01.07.2015, segundo a Portaria nº 03/2015, expedidas pela Juíza Titular.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Vilmar Dambroz	20.04.98	05.11.15	17 anos, 06 meses e 16 dias	Aposentadoria

(Fonte: Consulta ao Sistema BI do TR4 em 03.10.2016)

2.2.6 Estagiários

Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1 Darina Fernandes Garro	Superior em Direito	02.02.15 a 01.02.17

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.10.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL*

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a Vara do Trabalho de Cruz Alta foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Cachoeirinha - 02a Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 01a Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 01a Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 02a Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00
Canoas - 03a Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 04a Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 01a Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 06a Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta – 01ª Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 01a Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 01a Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 02a Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 01a Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 02a Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 03a Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 04a Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 01a Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 01a Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 02a Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 01a Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 01a Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 02a Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Novo Hamburgo - 03a Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 04a Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 05a Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 01a Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 01a Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 02a Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 03a Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 04a Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 01a Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 02a Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 03a Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 04a Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18a Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 01a Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 02a Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 01a Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 02a Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 01a Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 01a Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 01a Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 02a Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 03a Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 01a Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 02a Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 03a Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 04a Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 01a Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 01a Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 02a Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
Unidades com 1.001 a 1.500 processos por ano	69.303	72.293	74.266	1.284,89

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO



Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.08)	Variação 2015- 2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.674	2.034	21,51%	2.219	9,10%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	104	101	-2,88%	111	9,90%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.273	1.269	-0,31%	1.184	-6,70%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	80	68	-15,00%	89	30,88%
Total	3.131	3.472	10,89%	3.603	3,77%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

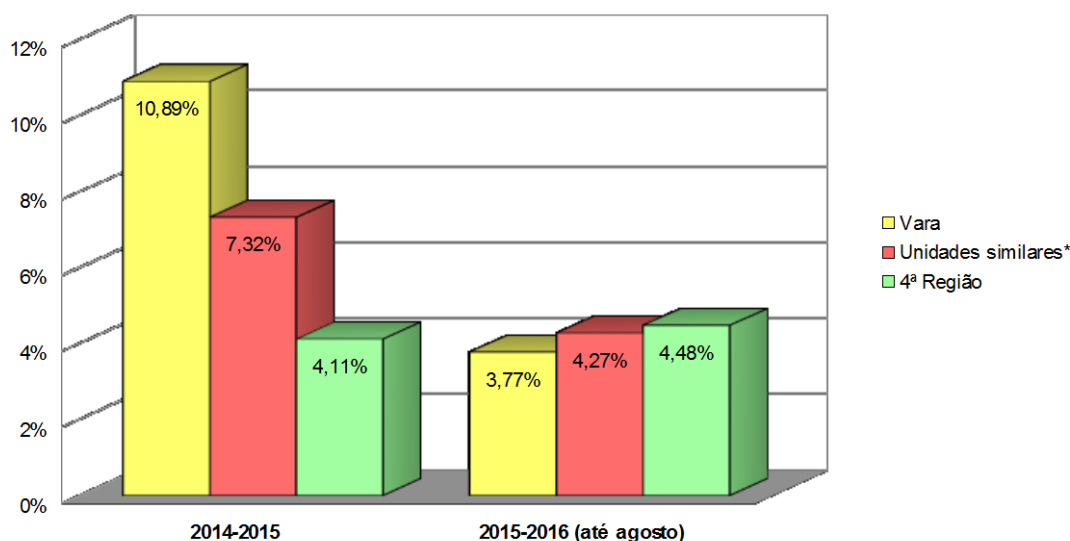
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 10,89% no número de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em número de processos, o conhecimento foi a fase que contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 360 processos).

Nesse contexto, a variação do acervo de processos na Vara do Trabalho de Cruz Alta em 2015 foi superior ao resultado apresentado pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que avançou 7,32%, e à média de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% nos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a agosto de 2016, o estoque de processos tramitando sofreu um aumento menos expressivo, de 3,77%, índice que foi superado pela média das Unidades com tramitação processual similar e pela média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.08)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.160	1.261	8,71%	896	-28,95%
Sentenças anuladas/reformadas	3	2	-33,33%	9	350,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	938	1.105	17,80%	785	-28,96%
Processos pendentes de solução	831	990	19,13%	1.094	10,51%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 19,13% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 831 para 990 processos). Referido aumento foi superior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 13,86% em seus processos pendentes), e superior à média de todo o regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para o aumento do estoque na Unidade foi o número de casos novos ter superado o de processos solucionados no ano 2015 em 156 processos.

Outrossim, os dados dos oito primeiros meses de 2016 apontam novo aumento - 10,51% - no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi superior tanto à média das unidades com tramitação processual similar (7,25%), quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016 (8,41%), conforme demonstrado na tabela abaixo:



Variação % dos processos pendentes na fase de conhecimento		
	2014-2015	2015-2016 (até agosto)
Vara de Cruz Alta	19,13%	10,51%
Unidades similares*	13,86%	7,25%
TRT4 - 1ª Instância	16,40%	8,41%

Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (55,96%). Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve a aumento de 22 processos no estoque aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.08)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	298	339	13,76%	438	29,20%
Aguardando encerramento da instrução	431	554	28,54%	556	0,36%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	75	97	29,33%	78	-19,59%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	27	0	-100,00%	22	-
TOTAL	831	990	19,13%	1.094	10,51%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.08)	Variação 2015-2016
Cruz Alta – 01ª Vara	80,86%	87,63%	8,37%	87,61%	-0,02%
Unidades similares*	86,02%	89,46%	4,00%	93,59%	4,61%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	91,83%	3,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 87,63% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma elevação de 8,37% em relação ao índice do ano anterior. Apesar disso, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de



movimentação processual e à média geral do TRT4 em 1,83 e 1,48 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até31.08)	Variação 2015-2016
Vara de Cruz Alta	52,93%	52,82%	-0,22%	41,62%	-21,20%
Unidades similares*	55,92%	54,87%	-1,87%	47,41%	-13,61%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	46,50%	-15,76%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados Vara do Trabalho de Cruz Alta foi de 52,82% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 0,22% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 2,05 pontos percentuais e menor que média de toda a 4ª Região em 2,38 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 31.08)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	456	48,61	449	40,63	327	41,66
	Julgado procedente	15	1,6	14	1,27	7	0,89
	Julgado procedente em parte	332	35,39	444	40,18	298	37,96
	Julgado improcedente	59	6,29	87	7,87	62	7,9
	Extinto	1	0,11	5	0,45	1	0,13
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	863	92	999	90,41	695	88,54
Sem exame de mérito	Extinto	5	0,53	16	1,45	20	2,55
	Arquivamento (art. 844 CLT)	43	4,58	37	3,35	37	4,71
	Desistência	15	1,6	19	1,72	26	3,31
	Outras decisões	12	1,28	34	3,08	7	0,89
	SUBTOTAL	75	8	106	9,59	90	11,46
TOTAL	938	100	1.105	100	785	100	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

Verificou-se aumento de 167 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, o que representa um acréscimo de 17,80% na comparação

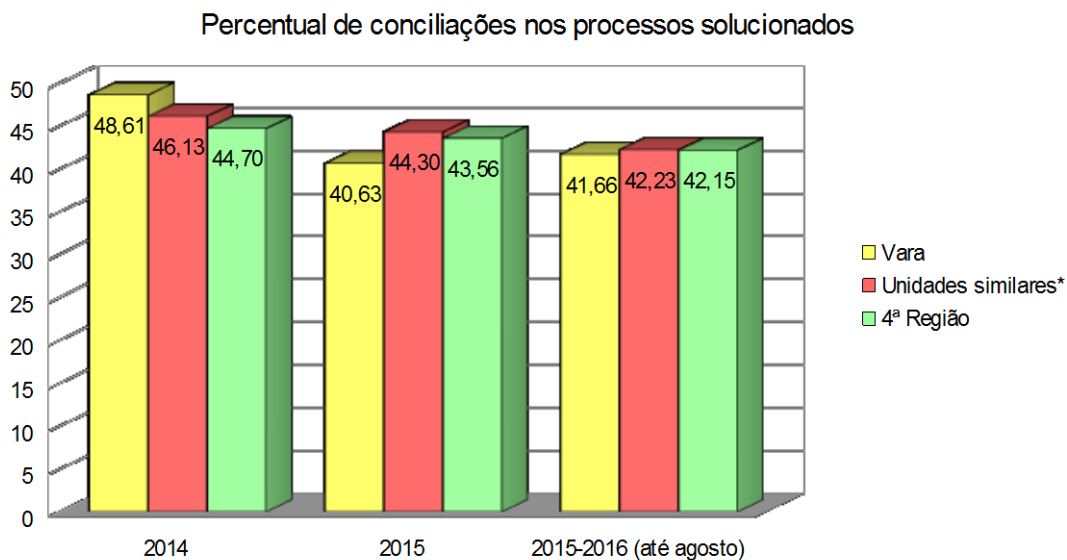


com o ano anterior. Essa elevação foi superior ao desempenho das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram um aumento médio de 6,84% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014) e à média de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,33% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior.

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 407 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 550 decisões, representando um aumento de 35,14% em relação ao ano anterior. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito também foi superior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, que alcançou 8,33%, bem como à variação da média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que foi de 7,56%.

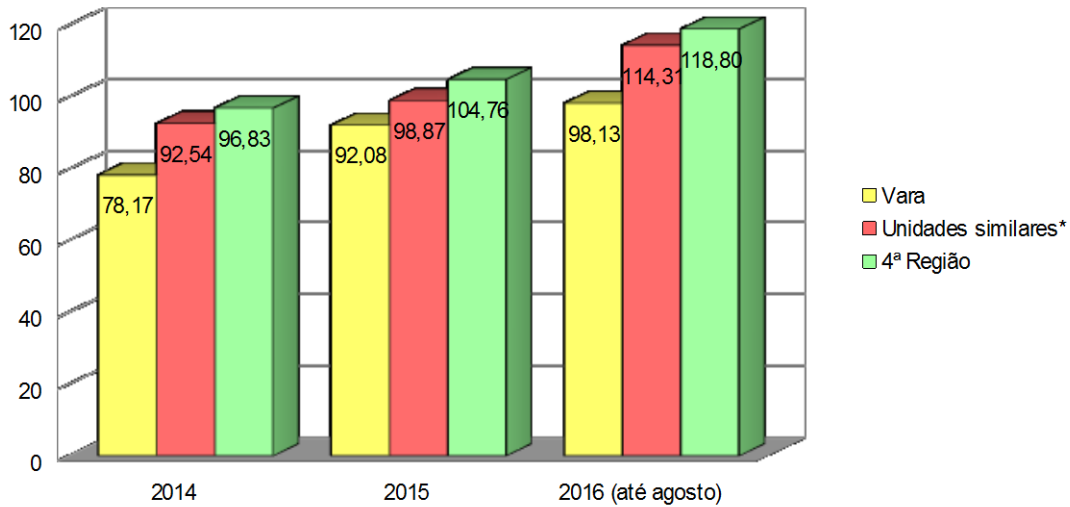
Todavia, a análise do quadro acima demonstra queda no número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 456, representando 48,61% dos processos solucionados. Em 2015, o número total de conciliações caiu para 449, correspondendo a 40,63% das soluções na fase de conhecimento – índice inferior à média das unidades similares à correccionada, que foi de 44,30%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue.

Por fim, constata-se que entre janeiro e agosto do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 41,66%, resultado abaixo da média das unidades com movimentação similar e da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:





Média mensal de processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.08)	Variação 2015-2016
Iniciadas	221	257	16,29%	220	-14,40%
Encerradas	192	248	29,17%	201	-18,95%
Pendentes	102	99	-2,94%	109	10,10%
Arquivo Provisório	3	2	-33,33%	2	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 102, em 2014, para 99, em 2015, importando em uma queda de 2,94%. Esse percentual foi inferior à média das demais unidades com tramitação processual similar, cujo aumento foi de 10,05%, bem como abaixo do índice de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 5,88%. O principal motivo dessa queda foi um aumento de 29,17% no número de liquidações encerradas na comparação entre esses dois períodos.

Nos oito primeiros meses de 2016, houve avanço de 10 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a um aumento de 10,10%, índice superior ao das unidades similares à correccionada, que apresentou recuo de 5,51%, e à média regional de 2015, que caiu cerca de 7,98%, conforme explicitado na tabela que segue:

Variação dos processos pendentes na fase de liquidação



	2014-2015	2015-2016 (até 31.08)
Cruz Alta – 01ª Vara	-2,94%	10,10%
Unidades similares*	10,05%	-5,51%
TRT4 - 1ª Instância	5,88%	-7,98%

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.08)	Varição 2015-2016
Cruz Alta – 01ª Vara	86,88%	96,50%	11,07%	91,36%	-5,32%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	93,98%	5,11%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	95,01%	7,44%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 96,50% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 11,07% em relação ao índice do ano anterior. Por outro lado, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 7,08 e 8,07 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.08)	Varição 2015-2016
Cruz Alta – 01ª Vara	55,17%	69,08%	25,21%	63,01%	-8,79%
Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	49,76%	-9,91%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	50,31%	-7,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela Vara do Trabalho de Cruz Alta em 2015 foi de 69,08% do número total de liquidações a encerrar – resultado 25,21% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 13,85 e 14,76 pontos percentuais, respectivamente.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO



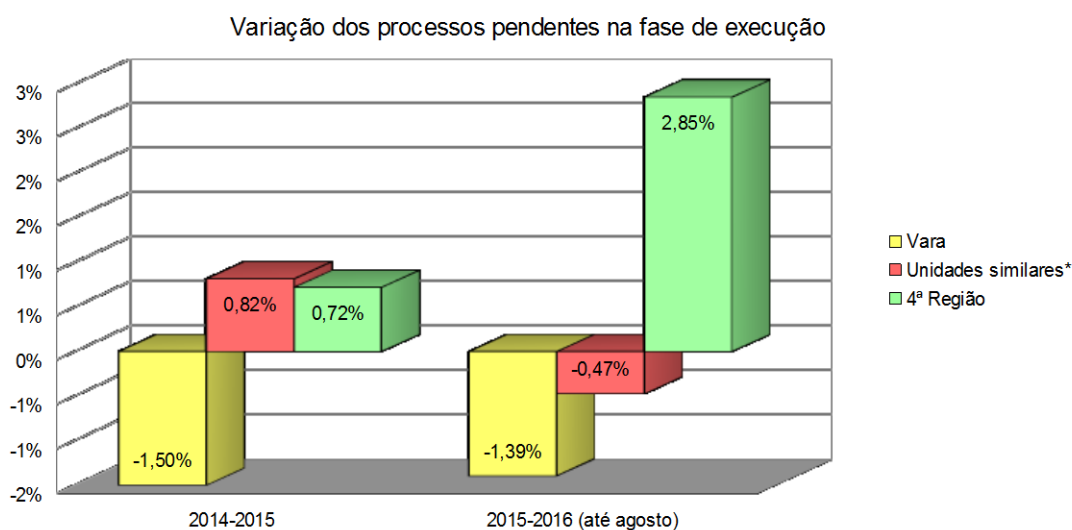
3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.08)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	297	352	18,52%	313	-11,08%
	Desarquivadas para prosseguimento	486	56	-88,48%	14	-75,00%
Saídas	Encerradas	688	331	-51,89%	118	-64,35%
	Arquivadas Provisoriamente	63	32	-49,21%	24	-25,00%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	25	13	-48,00%	13	0,00%
	Demais	776	776	0,00%	765	-1,42%
	Total	801	789	-1,50%	778	-1,39%
Saldo no arquivo Provisório		720	690	-4,17%	687	-0,43%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Cruz Alta caiu de 801 para 789 processos, o que corresponde a uma queda de 1,5% em relação ao ano anterior. Esse índice vai de encontro à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma elevação de 0,72% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa redução foi o aumento de 18,52% no número de execuções iniciadas na Unidade em relação ao ano anterior, combinada com uma queda de 51,89% no número de liquidações encerradas na comparação entre esses dois períodos.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a agosto de 2016 apontam queda de 1,39% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado qualitativamente melhor que o de todo o regional no período, que aumentou 2,85%.





3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.08)	Variação 2015-2016
Cruz Alta – 01ª Vara	231,65%	94,03%	-59,41%	37,70%	-59,91%
Unidades similares*	98,23%	88,75%	-9,65%	76,04%	-14,31%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	68,56%	-14,34%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 94,03% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 59,41% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 5,28 e 14 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.08)	Variação 2015-2016
Cruz Alta – 01ª Vara	25,59%	17,67%	-30,93%	6,58%	-62,74%
Unidades similares*	15,10%	15,79%	4,58%	11,71%	-25,84%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	11,40%	-25,93%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas Vara do Trabalho de Cruz Alta em 2015 foi de 17,67% do número total de execuções a encerrar – resultado 30,93% menor que o verificado no ano anterior. De qualquer sorte, esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 1,88 e 2,28 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.08)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	22	164	645,45%	138	-15,85%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	-
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.678	1.699	1,25%	1.556	-8,42%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Cruz Alta, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2015 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 04.10.2016. Dessa consulta, resultou uma lista com diversos processos com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	Processo nº 0000068-75.2010.5.04.0611
Situação processual: Em 14-12-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Lacks e Golle Construções Ltda., Mondial Engenharia Projetos e Serviços de Construção, Henrique Cé Júnior e Valtair dos Santos Trindade permanecem inscritos junto ao BNDT, todos atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
2	Processo nº 0000119-47.2014.5.04.0611
Situação processual: Em 24-6-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Braatz Materiais de Construção permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
3	Processo nº 0000127-29.2011.5.04.0611
Situação processual: Em 26-7-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Lese & Cia. Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.	
4	Processo nº 0000237-91.2012.5.04.0611
Situação processual: Em 28-10-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Rkc Comércio de Auto Peças Ltda., Autosul Veículos de Cruz Alta Ltda. e Dirceu Richter Filho – EPP permanecem inscritas junto ao BNDT, todas atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.	
5	Processo nº 0000239-95.2011.5.04.0611



Situação processual: Em 31-5-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Agropastoril BS Ltda., Sabrina Alves Burtet, Bruna Alves Burtet e Guarita Participações Ltda. permanecem inscritas junto ao BNDT, todas com a informação “sem garantia total do juízo”.
6 Processo nº 0000419-43.2013.5.04.0611
Situação processual: Em 14-12-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Vigilância Fiel Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.
7 Processo nº 0000436-16.2012.5.04.0611
Situação processual: Em 1º-8-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, o executado Esporte Clube Guarany permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.
8 Processo nº 0000445-75.2012.5.04.0611
Situação processual: Em 27-1-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Cristal Servicos de Conservacao e Limpeza Ltda. e Sergio Luiz Monegutte permanecem inscritas junto ao BNDT, ambas com a informação “sem garantia total do juízo”.
9 Processo nº 0000450-68.2010.5.04.0611
Situação processual: Em 17-12-2014 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Sociedade Médica Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.
10 Processo nº 0000709-58.2013.5.04.0611
Situação processual: Em 20-10-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Artur Levay Bisso – ME permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a inscrição “sem garantia total do juízo”.
11 Processo nº 0000937-96.2014.5.04.0611
Situação processual: Em 15-9-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada COCEVVIL Comércio de Cereais Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.
12 Processo nº 0001230-66.2014.5.04.0611
Situação processual: Em 22-8-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, o executado Luis Carlos Flores permanece inscrito junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.
13 Processo nº 0001900-85.2006.5.04.0611
Situação processual: Em 17-12-2014 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Sociedade Médica Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.
14 Processo nº 0059000-90.2009.5.04.0611



Situação processual: Em 17-10-2014 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Ghol Alimentos Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.10.2016)

* Há diversos processos envolvendo as reclamadas Sociedade Médica Ltda. e Ghol Alimentos Ltda. com a mesma situação identificada acima (arquivado definitivamente, mas pendente a inscrição no BNDT).

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.08)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
Embargos de declaração	121	121	25	157	158	41	68	97	12
*Antecipações de tutela	68	80	4	199	179	24	89	24	81
Impugnações à sentença de liquidação	9	12	8	15	9	12	9	8	10
Embargos à execução	51	58	27	29	34	22	35	27	30
Embargos à arrematação	0	0	0	0	0	0	3	2	1
Embargos à adjudicação	0	0	0	2	2	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	4	5	4	3	5	3	9	0	12
TOTAL	253	276	68	405	387	102	213	158	146

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

*A lista de processos com antecipação de tutela pendentes de solução está anexada ao final deste relatório (Anexo 01).

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 405 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 60,08% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 40,22% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 276 para 387 processos; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em caiu de 68 em 31.12.2014 para 102 processos em 31.12.2015. Destaca-se, por fim,



que em 31.08.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 146 processos, saldo 43,14% superior ao do final do período anterior. As antecipações de tutela eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes ainda pendentes (55,48%).

Por oportuno, considerando que o PJe foi instalado na unidade há um ano, é provável que o elevado número de antecipações de tutela pendentes decorra da falta de andamento adequado no sistema eletrônico, principalmente porque nos anos anteriores o saldo de processos nesse item era bem menor.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

1	Processo nº 0015400-19.2009.5.04.0611
Situação processual: Em 08/04/2013 foram opostos embargos declaratórios pelo reclamante, os quais foram recebidos como simples petição em 30/04/2013. No entanto, sem que tenha sido dada a específica conclusão e solução no sistema (Embargos Declaratórios Julgados), permanece a pendência.	
2	Processo nº 0020005-84.2016.5.04.0571
Situação processual: Em 06/01/2016 foi formulado, na petição inicial, pedido de antecipação dos efeitos da tutela , o qual foi indeferido em 14/04/2016, por meio de simples despacho. No entanto, sem que tenha sido dada a específica conclusão e solução no sistema (não concedida antecipação de tutela), permanece a pendência junto ao sistema.	
3	Processo nº 0136900-86.2008.5.04.0611
Situação processual: Em 11/11/2011 foi interposta impugnação à sentença de liquidação pela reclamada reclamantes, a qual foi decidida por despacho em 30/11/2011. No entanto, sem que tenha sido dada a específica conclusão e solução no sistema (Solução – Impugnação à liquidação de sentença de liquidação extinta com julgamento do mérito), permanece a pendência junto ao sistema.	
4	Processo nº 0109100-49.2009.5.04.0611
Situação processual: Em 26/02/2016 foram interpostos embargos à execução pelo reclamante, que foram não foram como tal e foram apreciados por simples despacho em 14/03/2016. No entanto, sem que tenha sido dada a específica conclusão e solução no sistema (decisão em incidente processual), permanece a pendência junto ao sistema.	
5	Processo nº 0000227-76.2014.5.04.0611
Situação processual: Em 22/06/2016 foram interpostos embargos à arrematação pela reclamada, que foram recebidos como simples petição e decididos por despacho em 05/07/2016. No entanto, sem que tenha sido dada a específica conclusão e solução no sistema (decisão em incidente processual), permanece a pendência junto ao sistema.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 29.09.2016)



Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

Registre-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

*Para registro da decisão de antecipação de tutela no PJE, deve ser encaminhado o processo para decisão do tipo “Antecipação de Tutela” registrando-se, posteriormente, o tipo de decisão oferecida (concedida, concedida em parte, não concedida ou prejudicado o incidente). Esse andamento deverá ser registrado, inclusive, junto com a sentença, caso somente esta decida a antecipação de tutela.

Caso tenha sido proferida a sentença e o processo já esteja na fase de liquidação, o procedimento acima não estará mais disponível. Dessa forma, há duas formas de retirar a pendência desse tipo de incidente:

1) Caso a antecipação de tutela tenha sido apresentada junto com a petição inicial (ou seja, no cadastramento foi assinalado pelo advogado ou pelo servidor que revisou o cadastramento que há pedido de antecipação de tutela) pode ser retificada a autuação e desmarcado o campo “antecipação de tutela” (acessar o menu Processos>Outras Ações>Retificar Autuação e desmarcar a caixa de seleção “Pedido de Liminar/Antecipação de Tutela”);

2) Caso a antecipação de tutela tenha sido apresentada como pedido em uma petição à parte, deve ser feita uma conclusão para julgamento, prejudicado o incidente informando do tipo antecipação de tutela.

** Para evitar as distorções estatísticas resultantes da conclusão dos embargos declaratórios deverá a Vara observar que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual – Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados).

Quando não observado esse procedimento e o processo já se encontrar em fase de liquidação/execução, determina-se para correção das pendências informadas que seja adotado o seguinte procedimento: 1. A partir da Análise da Liquidação/Execução, conforme a fase, enviar o processo para “Concluso ao magistrado”, registrar a conclusão para julgamento (complemento “Embargos de Declaração”) e selecionar o magistrado para o qual consta a pendência; 2. Na tarefa de minuta da sentença, sugere-se inserir no editor de textos conteúdo indicando que aquele ato se refere a um ajuste de movimentação processual. Indicar: Partes cientes “não” e intimar DEJT “não”. Após, registrar o resultado, de acordo com o julgamento do ED; 3. Encaminhar o processo para assinatura do magistrado; 4. Após a assinatura, o processo será movimentado para a tarefa “Preparar comunicação”. Deve-se, então, clicar em “Cancelar” e o processo retornará à Análise da Liquidação/Execução, de acordo com a fase; 5. Verificar se os movimentos relativos ao julgamento foram registrados e devolver o processo para a tarefa em que estava anteriormente, seguindo a sua tramitação normal.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)				
2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.08)	Variação 2015-2016

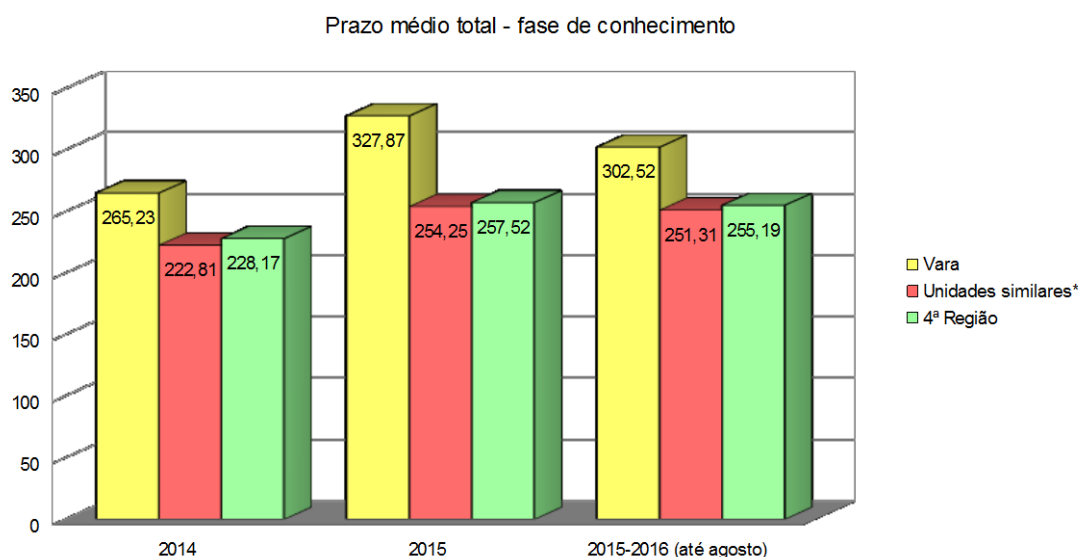


Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	93,86	154,84	64,97%	170,17	9,90%
	Média Ordinário	285,69	350,86	22,81%	312,20	-11,02%
	Média Geral	265,23	327,87	23,62%	302,52	-7,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de Cruz Alta apresentou uma elevação de 23,62%, passando de 265,23 para 327,87 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 64,97% em relação à média do ano anterior, passando de 93,86 para 154,86 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 350,86 dias, 22,81% maior na comparação com 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e agosto de 2016 apontam uma queda de 7,73% no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 28,96% maior (73,62 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 27,32% superior (70,35 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4, ampliando as diferenças verificadas em relação ao ano de 2014. Outrossim, os dados dos primeiros oito meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 20,38% maior (51,21 dias) que as demais Unidades Similares e 18,55% maior que o prazo médio da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)

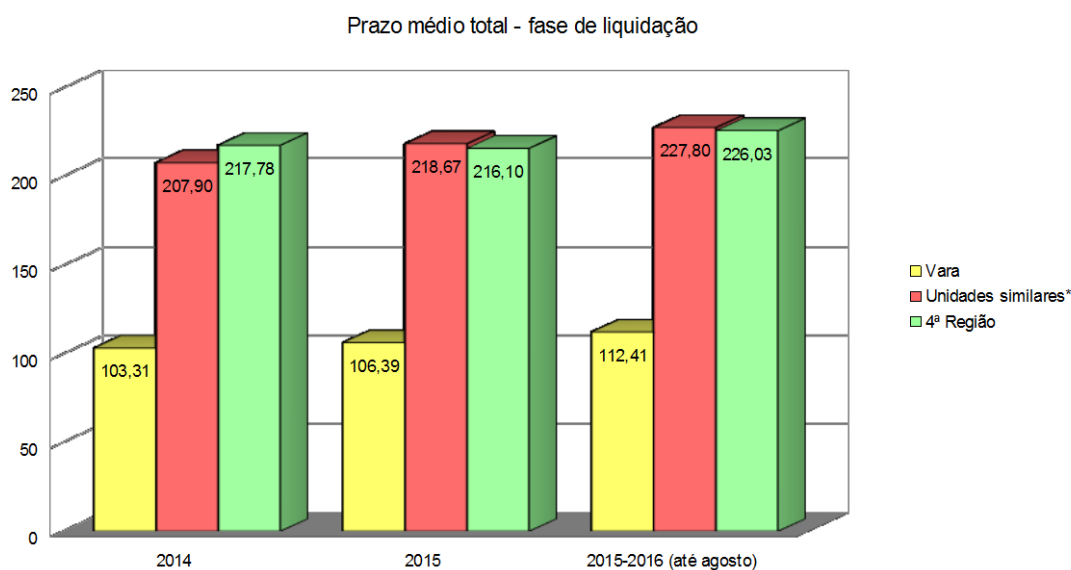


		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.08)	Variação 2015- 2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	76,36	92,93	21,71%	71,05	-23,55%
	Média Ordinário	105,5	107,29	1,70%	117,7	9,70%
	Média Geral	103,31	106,39	2,99%	112,41	5,65%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 92,93 dias, o que equivale a uma elevação de 21,72% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 107,29 dias, 1,7% maior na comparação com 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a agosto, apontam uma tendência de redução do prazo médio entre o início e o encerramento da liquidação no tocante ao rito sumaríssimo, mas o crescimento em relação ao rito ordinário.

Apesar da elevação registrada, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 51,35% menor (112,28 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 50,77% menor (109,7 dias) que a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados do período de janeiro a agosto de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 50,66% mais curto (115,39 dias) que o das demais Unidades Similares e 50,27% mais curto que o da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO



		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.08)	Varição 2015- 2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	1.408,25	565,63	-59,83%	488,40	-13,65%
	Média Ente público	1.086,80	1.219,18	12,18%	878,27	-27,96%
	Média Geral	1.383,01	701,79	-49,26%	571,67	-18,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

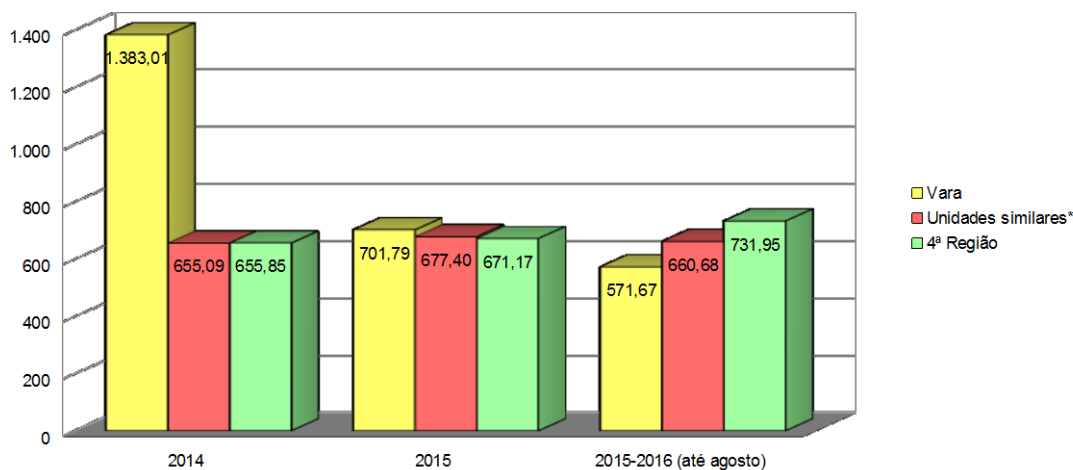
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 1.408,25 dias, em 2014, para 565,63 dias, em 2015. Entre janeiro e agosto de 2016, da mesma forma, a média diminuiu para 488,4 dias, prazo 13,65% menor que o do período anterior.

Em contrapartida, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 1.086,8 dias, em 2014, para 1.219,18, em 2015. Todavia, nos primeiros oito meses de 2016, o lapso de tramitação recuou para 878,27 dias, o que equivale a uma redução 27,96% na comparação com 2015.

Constatou-se, ainda, que o tempo de tramitação total na fase de execução na Vara do Trabalho de Cruz Alta foi 3,6% maior (24,39 dias) que o prazo das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 4,56% maior (30,62 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que, em 2015, a Unidade conseguiu reduzir as diferenças existentes em relação às unidades similares e ao TRT4, melhorando sensivelmente seu desempenho.

Finalmente, verifica-se que nesses oito primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 13,47% menor (89,01 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 21,90% menor (160,28 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.

Prazo médio total - fase de execução





5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.261	1.105	87,63%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
608	592	97,37%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
349	386	110,60%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
6	6	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	38	30
Estado do Rio Grande do Sul	0	4
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	13	5
União	3	2
OI S.A.	0	4
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	7	3
Caixa Econômica Federal - CEF	10	12
Banco do Brasil S.A.	8	7
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
79	67	-15,19%	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	265,23	327,87	262,57	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado	



Total de acordos	419	456	437,5	449	442	Meta cumprida
------------------	-----	-----	-------	-----	-----	----------------------

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.08.2016	Solucionados até 31/08/2016	%	Resultado parcial (até 31.08)
896	785	87,61%	Indicativo de não cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.08	%	Resultado parcial (até 31.08)
829	793	95,66%	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.08)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31.08)
Total de acordos	419	456	437,5	327	447	Indicativo de cumprimento da meta
Média mensal de acordos	34,92	38	36,46	40,88	37,25	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.08)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31.08)
313	421	134,50%	Indicativo de cumprimento da meta



* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
4	Meta ainda não cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 31.08.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	30	55
União	2	0
Estado do Rio Grande do Sul	4	4
Caixa Econômica Federal - CEF	12	5
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	5	6
OI S.A.	4	4
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	0	9
Claro S.A.	10	5
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	0	14

Total em 2015	Total em 2016 (até 31.08)	Percentual atingido	Resultado
67	102	52,24%	Indicativo de não cumprimento da meta

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA



A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças, quartas e quintas-feiras. A composição média das sessões é especificada no quadro abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã			2(U) 3(P)	2(U) 3(P)	
Tarde		2(U) 3(P)	22-26 (I)		

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 10.10.2016)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

Os processos envolvendo somente ente público no polo passivo não são incluídos em pauta.

Desde o mês de janeiro vigora Portaria determinando o desdobramento de ações que envolvem pedidos acidentários. A intenção da Juíza Titular é que tais processos sejam mais céleres; por essa razão há, com frequência, pauta nas terças de manhã ou nas quintas-feiras à tarde, apenas com processos que tratam de tal questão.

Não há inclusão de processos na fase de execução em pauta de forma rotineira.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	08.03.2017		08.03.2017	
Una Sumaríssimo	15.02.2017		16.02.2017	
Instrução	28.09.2017		10.08.2017	

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 10.10.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
Do Ajuizamento da Ação até a	Média	2014	2015	Varição	2016	Varição
				2014-2015	(até 31.08)	2015-2016
	Sumaríssimo	67	107,36	60,24%	126,39	17,73%
	Ordinário	80,93	99,8	23,31%	126,06	26,32%



Realização da 1ª Audiência	Média Geral	79,43	100,54	26,57%	126,09	25,42%
-----------------------------------	--------------------	--------------	---------------	---------------	---------------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi ampliado de 67 dias, em 2014, para 107,36 dias, em 2015 (aumento de 60,24%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 80,93 dias, em 2014, para 99,8 dias, em 2015 (elevação de 23,31%). Sinala-se que, os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a agosto, apontam elevação de 17,73% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo e de 26,32% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, as pautas de iniciais efetivamente disponíveis confirmam os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.08)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	34,37	35,33	2,80%	19,55	-44,65%
	Média Ordinário	265,25	268,27	1,14%	176,38	-34,25%
	Média Geral	247,53	248,63	0,44%	157,57	-36,62%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessárias, tiveram o prazo elevado de 34,37 dias, em 2014, para 35,33 dias, em 2015 (2,8%). Da mesma forma, o rito ordinário registrou elevação da média de 262,25 dias em 2014, para 268,27 dias, em 2015 (1,14%). No ano de 2016, contudo, houve redução dos prazos médios.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, as pautas de prosseguimento efetivamente disponíveis são superiores aos prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL



Átila Da Rold Roesler	120	72	13	1	206
Denilson Da Silva Mroginski	28	10	3	0	41
Juliana Oliveira	8	3	1	0	12
Maristela Bertei Zanetti	851	395	96	4	1.346
Roberta Testani	76	64	15	1	156
Táise Sanchi Ferrão	19	20	4	0	43
TOTAL	1.102	564	132	6	1.804

2016 (até 31.08)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Carolina Cauduro Dias De Paiva	7	5	0	0	12
Denilson Da Silva Mroginski	12	4	0	0	16
Eduardo Batista Vargas	1	0	0	0	1
Marina Dos Santos Ribeiro	6	11	1	0	18
Maristela Bertei Zanetti	519	292	53	2	866
Maurício Graeff Burin	111	108	24	0	243
TOTAL	656	420	78	2	1.156

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correccional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Átila Da Rold Roesler	49	53	0	102	13	115



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Carolina Cauduro Dias De Paiva	-	5	0	5	-	5
Denilson Da Silva Mroginski	13	7	0	20	1	21
Jaqueline Maria Menta	-	1	0	1	-	1
Juliana Oliveira	1	0	0	1	-	1
Kelen Patrícia Bagetti	-	1	0	1	-	1
Laura Balbuena Valente Gabriel	-	42	1	43	-	43
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	5	5
Márcio Lima Do Amaral	1	0	0	1	-	1
Maristela Bertei Zanetti	332	366	4	702	84	786
Nelsilene Leão De Carvalho Dupin	-	2	0	2	-	2
Roberta Testani	42	52	0	94	2	96
Taíse Sanchi Ferrão	11	16	0	27	1	28
TOTAL	449	545	5	999	106	1.105

Juiz (a)	2016 (até 31.08)					Total de processos solucionados
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Átila Da Rold Roesler	-	0	0	0	1	1
Carolina Cauduro Dias De Paiva	6	0	0	6	-	6
Denilson Da Silva Mroginski	6	0	0	6	1	7
Juliana Oliveira	-	4	0	4	-	4
Laura Balbuena Valente Gabriel	-	2	0	2	-	2
Marina Dos Santos Ribeiro	7	4	0	11	-	11
Maristela Bertei Zanetti	235	286	1	522	77	599
Maurício Graeff Burin	73	70	0	143	11	154
Nelsilene Leão De Carvalho Dupin	-	1	0	1	-	1
TOTAL	327	367	1	695	90	785

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.10.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT. As informações foram extraídas do Projeto BI TRT4.

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
---------	-------------------	------------



Carolina Cauduro Dias De Paiva	Processo de Cognição	01
Denilson Da Silva Mroginski	Processo de Cognição	03
Maristela Bertei Zanetti	Processo de Cognição	77
Maristela Bertei Zanetti	Embargos de Declaração	01
Maristela Bertei Zanetti	Embargos à Execução	01
Total: 83 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 03.10.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 21.08.2016)

* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta em anexo ao final da presente ata de correição (ANEXO 02).

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

Notificações e ofícios urgentes são expedidos de imediato. Os demais são expedidos entre 5 e 15 dias, nos processos físicos; nos eletrônicos, em até uma semana: no dia da correição estavam sendo cumpridos os despachos de 06.10.2016.

A Procuradoria Regional Federal comparece uma vez por semana ou a cada quinze dias na unidade para levar em carga os processos nos quais seria notificada.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPVs

A Vara está expedindo mandados, autorizações judiciais, precatórios e RPVs em 60 dias. Segundo a Diretora de Secretaria, o volume de processos em execução é muito grande e há apenas um servidor para essa tarefa. Explicou que, atualmente, há mais um servidor sendo treinado para desempenhar a função.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos em 48 horas da determinação.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

São protocoladas, na Unidade, entre 40 e 60 petições por dia. No dia da inspeção estava sendo despachado o protocolo de 07.10.2016.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

No dia da inspeção estava sendo certificado o prazo vencido no dia 07.10.2016.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Há remessa de processos ao TRT todas as semanas.

7.7 CONVÊNIOS



A unidade utiliza todos os convênios disponibilizados pelo TRT, ainda que muito pouco o InfoJud por não apresentar resultados positivos. As pesquisas são realizadas apenas pela Diretora e seu Assistente.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O andamento “processo arquivado” é dado logo após a assinatura do despacho que determina o arquivamento. A remessa ao arquivo é feita, em média, uma vez por mês.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A unidade tem cerca de 15 execuções reunidas. Os processos que são reunidos ao principal são arquivados “sem dívida”.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição do devedor no BNDT ocorre após o resultado negativo do convênio BacenJud. A retirada do cadastro é determinada no despacho que encerra a execução.

7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0155800-25.2005.5.04.0611	13.09.2016
2	0268000-04.2007.5.04.0611	26.09.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 07.10.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, houve empenho por parte da Unidade, sobretudo por meio da expedição de notificações, no intuito de obter a devolução desses processos.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

Mediante consulta ao sistema inFOR, não foram identificadas cargas processuais realizadas por peritos com prazo vencido há mais de 10 dias da data da correição na Unidade Judiciária.

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Carga OJ	Processo	Prazo
1	611-00341/16	0000822-80.2011.5.04.0611	22.07.2016
2	611-00381/16	0000973-80.2010.5.04.0611	15.08.2016



3	611-00433/16	0000771-98.2013.5.04.0611	24.09.2016
---	--------------	---------------------------	------------

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 07.10.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 06.10.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou 890 processos. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000775-04.2014.5.04.0611
Fase: Conhecimento	
Aspectos Gerais dos Autos: O verso das fls. 2-33 estão em branco, sem a devida inutilização ou certidão, conforme determina o art. 71 da CPCR.	
Movimentação Processual: Ausência de andamento com o registro de que o processo está apensado ao processo de número 0000702-32.2014.5.04.0611.	
2	Processo nº 0000029-78.2010.5.04.0611
Fase: Execução	
Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.	
Movimentação Processual: demora no impulso processual: 1) os cálculos de liquidação (fls. 233-79) foram apresentados pelo perito em 07-01-2011, mas juntados aos autos somente em 18-01-2011 9fl. 232v). 2) Em 22/02/2011, as partes foram intimadas para se manifestarem sobre os cálculos pelo prazo sucessivo de 10 dias. Todavia, somente em 05/05/2016 o seu decurso foi certificado (fl. 283v).	
3	Processo nº 0000021-04.2010.5.04.0611
Fase: Execução	
Aspectos Gerais dos Autos: O registro de carga da fl. 310 não tem assinatura do servidor que recebeu a devolução, tampouco há registro da data da devolução. Faltam, portanto, informações imprescindíveis exigidas pelo art. 53 da CPCR.	
Movimentação Processual: demora no impulso processual. Em 27/05/2015, o feito foi convertido em diligências e determinada a expedição de ofícios e determinada a conclusão assim que recebida a correspondente resposta (fl. 333). Não tendo sido integralmente atendida a solicitação, os ofícios foram renovados e, 28/07/2015 (fl. 337). Em 13/10/2015, foi juntada aos autos a nova resposta ao ofício expedido (fl. 338v). Nesta mesma data, há o seguinte registro no sistema InFor: "Aguarda retorno da juíza (férias) que baixou o feito em diligência para nova conclusão." Desde então, o feito permanece sem qualquer andamento.	



4	Processo nº 0000706-11.2010.5.04.0611
Fase: Execução	
Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.	
Movimentação Processual: demora no impulso processual: 1) O mandado para ciência de penhora foi recebido pelo oficial de justiça em 17/12/2014, mas juntado aos autos devidamente cumprido apenas em 23/02/2015, e apreciado pelo Juízo apenas em 27/03/2015. 2) Em 22/04/2016 foi determinada a intimação das partes a respeito da penhora (fl. 356), o que foi cumprido apenas em 13/05/2016. Tendo sido certificado o transcurso do prazo em 08/06/2016, sem qualquer manifestação das partes (fl. 358v), foi nomeado leiloeiro pelo Juízo em 13/06/2016 (fl. 359) e <u>determinada a expedição de autorização judicial</u> . Desde então, o processo permanece sem qualquer andamento.	
5	Processo nº 0000966-83.2013.5.04.0611
Fase: Conhecimento	
Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.	
Movimentação Processual: demora no impulso processual. Em 09/06/2016 foi determinada a transferência de valores para outro processo em que a mesma reclamada figura no polo passivo, e determinada nova conclusão tão logo efetuada a transferência. A transferência foi efetuada em 06/07/2016 e, desde então, o processo permanece sem qualquer andamento.	
6	Processo nº 0000065-81.2014.5.04.0611
Fase: Conhecimento	
Aspectos Gerais dos Autos: O registro de carga da fl. 827 não tem assinatura do perito que retirou os autos em carga. Faltam, portanto, informações imprescindíveis exigidas pelo art. 53 da CPR.	
Movimentação Processual: nada a apontar.	
7	Processo nº 0000656-14.2012.5.04.0611
Fase: Conhecimento	
Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.	
Movimentação Processual: nada a apontar.	
8	Processo nº 0000486-42.2012.5.04.0611
Fase: Conhecimento	
Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.	
Movimentação Processual: nada a apontar.	
9	Processo nº 0000389-71.2014.5.04.0611
Fase: Conhecimento	
Aspectos Gerais dos Autos: Verso das fls. 206-336 estão em branco sem a devida inutilização ou certidão, conforme determina o art. 71 da CPR.	
Movimentação Processual: nada a apontar.	



10	Processo nº 0000586-88.2010.5.04.0571
Fase: Arquivado	
Aspectos Gerais dos Autos: nada a apontar.	
Movimentação Processual: nada a apontar.	

* Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 06.10.2016.

Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:	
0000228-27.2015.5.04.0611	0000242-50.2011.5.04.0611
0000283-75.2015.5.04.0611	0000227-42.2015.5.0.0611
0000226-57.2015.5.04.0611	0000282-90.2015.5.04.0611
0000281-08.2015.5.04.0611	
Situação do processo em andamento interno – Processos Exemplos:	
0000396-68.2011.5.04.0611	0000003-70.2016.5.04.0611
0001097-58.2013.5.04.0611	0000391-46.2011.5.04.0611
Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0000190-54.2011.5.04.0611	0000735-85.2015.5.04.0611
Carta precatória com registros desatualizados, aguardando devolução à origem ou devolvida à origem sem andamento – Processos Exemplos:	
0000815-20.2013.5.04.0611	0000706-69.2014.5.04.0611
0000294-12.2012.5.04.0611	0001107-68.2014.5.04.0611
0000056-85.2015.5.04.0611	0000465-61.2015.5.04.0611
000000-07.2015.5.04.0611	
Demora no impulso processual e/ou registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0000347-85.2015.5.04.0611	0000412-85.2012.5.04.0611
0000101-89.2015.5.04.0611	0001027-70.2015.5.04.0611
Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo – Processos Exemplos:	
0000639-70.2015.5.04.0611	0000738-45.2012.5.04.0611



0000291-23.2013.5.04.0611	0014100-08.1998.5.04.0611
Processo aguardando apensamento ou apensado a outro sem andamento – Processos Exemplos:	
0000700-67.2011.5.04.0611	
Processo aguardando remessa ao TRT para julgamento do(s) recurso(s) ou remetido sem andamento – Processos Exemplos:	
0063500-49.2002.5.04.0611	
Processo devolvido ao arquivo sem registro/com registro incorreto – Processos Exemplos:	
0050900-84.1988.5.04.0611	
Processo recebido do TRT/TST sem andamento – Processos Exemplos:	
0001021-34.2013.5.04.0611	0001084-59.2013.5.04.0611
0000026-84.2014.5.04.0611	0000422-95.2013.5.04.0611

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, ocorre a liberação do depósito recursal após a homologação da conta. O devedor é citado pelo valor líquido e o valor liberado é limitado ao incontroverso.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que a Juíza determina a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, mas que é feita consulta prévia ao sistema BacenJud.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 18.09.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 07.10.2016, ocasião em que o acervo processual da Vara do Trabalho de Cruz Alta contava com 1.061 processos na fase de conhecimento, 31 processos na fase de liquidação, 46 processos na fase de execução e 198 processos arquivados.

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de segredo de justiça não apreciado	1
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	51
Processos com habilitações nos autos não lidas	5
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	26 Mais antigo 0020216-34.2015.5.04.0611 (03.12.2015)
Processos com petições não apreciadas	31 Mais antigo* 0021047-48.2016.5.04.0611 (05.10.2016)
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	34
Processos com audiências não designadas	3
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiências	12

Pasta	Subpasta	Quantidade de Processos	Mais antigo na subpasta	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	2016 MÊS 10 - 01 A 05 (28)	181	0020298-31.2016.5.04.0611	21.07.2016
Aguardando Término dos Prazos	2016 mês 10-10 a 15 (28)	84	0021030-12.2016.5.04.0611	23.09.2016
Prazos vencidos	-	-	-	-
Análise do Conhecimento	-	8	0020395-31.26.5.04.0611	04.10.2016
Preparar Comunicação	ANA – para NOT.AUDIÊNCIA (8)	8	0021041-41.2016.5.04.611	04.10.2016
Triagem Inicial	-	12	0021074-31.2016.5.04.0611	05.10.2016
Aguardando Cumprimento de Providência –Liq	2016 ,mês 10 – 11 A 14 (1)	3	0020017-12.2015.5.04.0611	23.09.2016
Aguardando término dos prazos -Liq	2016 mês 10 – 06 a 09 (1)	5	0020071-75.2015.5.04.0611	24.09.2016



Prazos vencidos	-	-	-	-
Aguardando Cumprimento de Providência – Exec.	BACENJUD (FAZER) (3)	18	0020241-47.2015.5.04.0611	23.09.2016
Aguardando término dos prazos	Aguardando cumprimento de mandado por oficial de justiça (4)	5	0020959-10.2016.5.04.0611	03.10.2016
Controle de Sobrestamento-Suspensão	-	-	-	-
Prazos Vencidos	-	-	-	-

9.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 05.09 e 06.09.2016:

1	Processo nº 0020242-32.2015.5.04.0611
Fase: Conhecimento Movimentação Processual: demora no impulso processual – após a apresentação de contrarrazões pelo reclamante em 09.08.2016 (ID cf47bb4), bem como de pedido de expedição de alvará (ID 5c0cd4f), não houve impulso processual por iniciativa do Juízo. Processo na pasta de tarefa “ <i>Aguardando Cumprimento de Providência - 0 ADRIANA</i> ” desde 12.08.2016.	
2	Processo nº 0020171-93.2016.5.04.0611
Fase: Conhecimento Movimentação processual: acordo homologado na audiência realizada em 13.07.2016 (ID 99eeaeef) com previsão de quitação mediante habilitação de crédito em processo com trâmite na 3ª Vara Cível de Santa Maria. Em seguida, é possível observar que o processo permanece na pasta de tarefa “ <i>Aguardando audiência</i> ” desde 05.04.2016, entretanto, diante do acordo realizado, não há audiência designada.	
3	Processo nº 0020028-41.2015.5.04.0611
Fase: Conhecimento Movimentação processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo recursal da reclamada, sem interposição de recurso, em 28.06.2016 (ID 6aa5e8c). Não é verificado impulso processual, por iniciativa do Juízo, até 06.09.2016. O processo está na pasta de tarefa “ <i>aguardando audiência</i> ” desde 22.06.2016, entretanto, não há audiência designada.	
4	Processo nº 0020209-42.2015.5.04.0611
Fase: Liquidação	



Movimentação Processual: 1) demora no impulso processual entre a petição conjunta de acordo apresentada em 18.03.2016 (ID 958aa2f) e sentença de homologação proferida em 31.05.2016 (ID 93754cf). **2)** Demora no impulso processual entre petição de descumprimento de acordo apresentada pelo reclamante em 06.07.2016 (ID ce82f06) e despacho subsequente proferido em 05.09.2016 (ID 62c0bc3).

5 **Processo nº 0020642-12.2016.5.04.0611**

Fase: Liquidação - Execução Provisória em Autos Suplementares

Movimentação processual: demora no impulso processual – petição de execução provisória protocolada pelo reclamante em 29.06.2016 (ID 468fbea) ainda não apreciada pelo Juízo.

Processo na pasta de tarefa “*Iniciar Liquidação*” desde 07.06.2016.

6 **Processo nº 0020091-66.2015.5.04.0611**

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual entre o retorno do processo do TRT para prosseguimento em 23.06.2016 (ID 32f7c8e) e decisão subsequente proferida em 26.08.2016 (ID bc2543d) relativa ao início da fase de liquidação de sentença.

7 **Processo nº 0020752-11.2016.5.04.0611**

Fase: Execução – Carta Precatória

Movimentação processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo para pagamento ou nomeação de bens à penhora em 27.07.2016 (ID 8f37189), sem manifestação da executada, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.

Processo está na pasta de tarefa “*Prazos vencidos*” desde 28.07.2016.

*Situação semelhante é identificada no processo nº 0020464-63.2016.5.04.0611 (Carta Precatória).

8 **Processo nº 0020049-80.2016.5.04.0611**

Fase: Execução – Carta Precatória

Movimentação processual: demora no impulso processual - despacho proferido em 20.04.2016 (ID 12f5642), determinando o envio de cópia de certidão, exarada pelo Oficial de Justiça, para ciência do Juízo deprecante, com cumprimento efetivado, apenas, em 08.08.2016 (ID 359f8c1).

9 **Processo nº 0020220-37.2016.5.04.0611**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – despacho proferido em 26.07.2016 (ID d27194e), determinando o lançamento da conta e o prosseguimento da execução mediante o bloqueio de valores com a utilização do convênio Bacenjud, sem cumprimento posterior verificado até 06.09.2016.

Processo na pasta de tarefa “*Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - BACENJUD (FAZER)*” desde 28.07.2016.

10 **Processo nº 0020051-84.2015.5.04.0611**



Fase: Execução Fiscal

Movimentação processual: demora no impulso processual – **1)** despacho proferido em 25.11.2015 (ID fbe3355), determinando o prosseguimento da execução fiscal, com cumprimento verificado em 08.01.2016 (ID 2e4857f). **2)** Despacho proferido em 19.02.2016 (ID 49d8510), determinando a citação por edital da executada, com cumprimento verificado, apenas, em 04.04.2016 (ID 47d9f8d). **3)** Despacho proferido em 19.04.2016 (ID c582d3c), determinando o bloqueio de valores pelo convênio Bacenjud, com cumprimento efetivado, apenas, em 22.07.2016 (ID 93e0a8a). Em seguida, não houve impulso processual quanto ao cumprimento das demais determinações preestabelecidas na decisão proferida em 19.04.2016 (ID c582d3c) até 06.09.2016.

Processo está na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - Renajud” desde 10.08.2016.

O trabalho na unidade é organizado por tarefa e aos servidores realizam as mesmas tarefas nos processos físicos e nos eletrônicos. Todos os servidores atuam no PJe e começaram a utilizar o sistema fazendo a triagem das iniciais, como um primeiro contato. A Diretora informou que os servidores ainda não estão aptos para atuar por carteira, pois não dominam todas as fases do processo, motivo pelo qual requereu a disponibilização de cursos.

Ainda assim, verificou-se uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico e uma boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando a visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido pela Corregedoria Regional, não houve atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT 02 expedientes relativos à Vara do Trabalho de Cruz Alta durante o período correccionado, ambos no ano de 2015, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	3385/2015	0000488-41.2014.5.04.0611
2015	4075/2015	0000978-97.2013.5.04.0611

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A implantação do Processo Judicial Eletrônico deu-se há 01 (um) ano na unidade. Atualmente, 36% dos processos tramitam eletronicamente e 64% em meio físico.



Em termos de movimentação processual, a unidade situa-se na faixa de 1.001 a 1.500 processos por ano. O acervo processual da unidade registrou aumento de 15,07% desde o ano de 2014 devido, unicamente, à fase de conhecimento, na qual o número de casos novos superou o número de processos solucionados no período.

O prazo médio de tramitação dos processos entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença é bem superior ao das unidades similares e ao do TRT4. Na fase de liquidação, por outro lado, é significativamente inferior às demais unidades. Na fase de execução, no período correccionado, o prazo médio de tramitação reduziu-se consideravelmente em relação ao ano de 2014 e, atualmente, mantém-se em níveis próximos ao das demais unidades.

Na fase de conhecimento, constata-se que vêm aumentando o número de processos pendentes de solução: eram 613 processos em 2013 e 1.094 no final de agosto de 2016. O número de processos na fase de liquidação é pequeno se comparado às demais fases. A fase de execução, que engloba cerca de 33% dos processos tramitando, apresentou redução do estoque no período correccionado, o que é elogiável.

Quanto ao índice de acordos realizados na fase instrutória, o percentual nos processos solucionados é similar ao das unidades similares e ao do TRT4, mas em número de processos é inferior ao das demais unidades.

Quanto à pauta, os horários livres para as audiências iniciais estão demasiadamente estendidos no ano de 2016 – em torno de 130 dias.

Observou a Diretora que os cumprimentos da execução estão bastantes atrasados; um servidor está sendo treinado para executar essa tarefa e há um grande volume de processos nessa fase. A unidade adota a reunião de execuções e tem várias, entre elas a da Unicruz. A citação é feita para pagamento da dívida em 48 horas, mas, havendo o pagamento de 30% do valor e o pedido de parcelamento, a Juíza Titular o defere. A unidade também conta com alguns Títulos Executivos Extrajudiciais (TEE), os quais são cumpridos no mesmo fluxo dos demais processos. Nesses casos, a execução é bastante complicada e perdura por um longo período.

A unidade está com a lotação completa e não sofre com rotatividade de servidores. Excepcionalmente, sofrerá mudanças quando do deferimento do pedido de remoção de dois servidores. Ademais, há possibilidade de um terceiro pedido de remoção. Conta com o auxílio de um estagiário e a diretora gostaria de ter mais um em razão do grande volume de processos físicos. Houve adesão de servidores à greve de 2015 mas por poucos dias, motivo pelo qual não teve efeito no cumprimento das atividades rotineiras.

O trabalho na unidade é realizado por tarefa, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos. Todos os servidores trabalham nos dois sistemas e executam a mesma tarefa em ambos.

Referiu a Diretora a necessidade de oferecimento de cursos aos servidores da unidade (basicamente sobre processo, certidões e despachos) e mencionou terem sido informados com pouca antecedência do curso presencial que seria oferecido no mês de outubro, o qual acabou não tendo quórum mínimo de inscritos. Disse, ainda, ter ficado bastante descontente com o fato de a unidade não ter conseguido reduzir o consumo de energia no mesmo nível das demais. Afirmou que todos têm um grande cuidado em não desperdiçar energia,



desligando luzes desnecessárias, mas salientou que o inverno foi muito frio na região e utilizaram muito os aparelhos de ar-condicionado. Requereu a diretora que o Tribunal faça uma revisão da instalação elétrica do local para avaliar possíveis problemas e fuga de energia e destacou que talvez o consumo não tenha diminuído porque a unidade já se preocupava em reduzi-lo antes mesmo da campanha adotada por este Tribunal.

Na inspeção se pode verificar as boas instalações da unidade, o bom aproveitamento do espaço físico, a organização dos arquivos e a disposição das mesas.

Os dados coletados previamente à correição por meio dos sistemas eletrônicos disponíveis à Vice-Corregedoria revelam a boa organização da Vara do Trabalho de Cruz Alta, com alguns atrasos pontuais devidamente explicados pela Diretora de Secretaria.

Por fim, a Unidade merece ser parabenizada pelo comprometimento dos juízes em exercício e da Diretora de Secretaria Adriana Gambini de Oliveira, bem como pela cooperação de todos os servidores da unidade. Cabe ressaltar o clima amistoso encontrado entre os servidores, o que contribui para o bom andamento do trabalho.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.4.1 (Processos pendentes de liquidação)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária atente ao fato de que somente deverão ser remetidos ao fluxo “**Análise de Liquidação**” mediante o registro da tarefa “**Iniciar Liquidação**” os processos em que serão realizados os procedimentos de apuração dos valores devidos, deferidos em sentença ilíquida, tanto por cálculos, artigos ou arbitramento, nos termos do art. 879 da CLT. Caso o processo tenha sido remetido por equívoco, se faz necessário o encerramento dessa liquidação para evitar maiores distorções estatísticas.

Atente, ainda, à necessidade de registro da decisão “**Homologada a Liquidação**” na tarefa “**Minutar decisão**”, sempre em que for proferida sentença homologatória dos cálculos de liquidação de sentença, para efetivo registro do encerramento da fase de liquidação no sistema PJe-JT.

ITEM 3.5.1 (Processos pendentes na fase de execução)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária atente à necessidade de lançamento do movimento “**Julgamento → Sem resolução de mérito → Extinta a execução ou o cumprimento da sentença**” através da tarefa Minutar Sentença, para efetivo registro do encerramento da fase de execução no sistema PJe-JT. Além disso, atente ao fato de que o encerramento das execuções deve estar corretamente vinculado à causa da sua extinção conforme situações abaixo explicitadas:

a) Execuções extintas – acordo: destaca, do total de execuções encerradas, aquelas em que a extinção é declarada por sentença após o cumprimento



integral de acordo homologado na fase de execução. Para tanto, a Unidade deverá observar, **nos processos na fase de execução**, o registro da decisão "Homologado Acordo em execução ou em cumprimento de sentença" na tarefa "Minutar decisão" e que tenham o registro de pagamento de parcela final ou única, através da tarefa "Cumprimento de acordo ou pagamento, no histórico, e que tenham o movimento de "Julgamento → **Com resolução de mérito** → Extinta a execução ou o cumprimento de sentença", no período de apuração;

b) Execuções extintas – pagamento: destaca, do total de execuções encerradas, aquelas extintas pelo pagamento do crédito exequendo. Para tanto, a Unidade deverá observar, **nos processos na fase de execução**, o registro de pagamento de parcela final ou única, através da tarefa "Cumprimento de acordo ou pagamento" no histórico, E que tenham o movimento de "Julgamento → Sem resolução de mérito → Extinta a execução ou o cumprimento de sentença", no período de apuração, **e que não tenham o registro da decisão "Homologado Acordo em execução ou em cumprimento de sentença" na tarefa "Minutar decisão"**;

c) Execuções extintas – outras: destaca as execuções encerradas sem que tenha ocorrido pagamento ou tenha sido homologado acordo na fase de execução. Exemplos: cumprimento de obrigação de fazer, remissão da dívida, renúncia do crédito. Para tanto, a Unidade deverá registrar o movimento "Julgamento → Sem resolução de mérito → Extinta a execução ou o cumprimento de sentença", no período de apuração, e não registrar a decisão "Homologado Acordo em execução ou em cumprimento de sentença" na tarefa "Minutar decisão" e não registrar pagamento de parcela final ou única, através da tarefa "Cumprimento de acordo ou pagamento".

Finalmente, destaca-se que o andamento que registra a extinção da execução, e por consequência, o encerramento da respectiva fase processual, não se confunde com o registro do movimento "Encerrada a execução em processo do rito - ordinário ou sumaríssimo – de ente privado", o qual é efetuado através do Lançador de Movimentos do sistema PJe-JT. Este último possui como finalidade estabelecer o termo final da contagem do prazo médio de tramitação da fase de execução nos processos em que figuram como executado ente privado.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.



ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, tendo em vista o indicativo de não cumprimento da meta.

ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

ITEM 9.1 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)

Atente a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) efetue a remessa do processo ao Tribunal Regional, logo após, a verificação do vencimento do prazo para apresentação de contrarrazões;
- b) como forma de evitar a ocorrência das situações observadas nos **processos nº 0020171-93.2016.5.04.0611 e 0020028-41.2015.5.04.0611**, recomenda-se a realização de verificação periódica na pasta de tarefa “*aguardando audiência*” com a finalidade de identificar possíveis processos que não possuam audiência designada e permaneçam na referida pasta;
- c) aprecie, com brevidade, as petições protocoladas, em especial, no que concerne aos pedidos de homologação de acordo ou às manifestações referentes a eventual descumprimento;
- d) após o retorno dos autos do Tribunal, realize, com brevidade, a conclusão processual necessária ao início da fase de liquidação de sentença;
- e) transcorrido o prazo para pagamento ou nomeação de bens à penhora, sem a correspondente manifestação do executado, realize, com brevidade, o impulso processual subsequente por iniciativa do Juízo;



- f) atente para a necessidade da efetivação dos atos de comunicação direcionados ao Juízo deprecante com a finalidade de solicitar informações ou enviar cópias de diligências realizadas;
- g) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne ao lançamento da conta atualizada, citação do executado e utilização dos convênios Bacenjud e Renajud;

14 DETERMINAÇÕES

14.1. SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

Determina-se que, nos processos com execução reunida arquivados definitivamente envolvendo as reclamadas **Sociedade Médica Ltda. e Ghol Alimentos Ltda.**, ainda pendentes no BNDT, seja registrado no campo “quitado” do inFor.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a)** observe que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual – Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados);
- b)** observe a secretaria a específica solução dada aos incidentes processuais, conforme o resultado da apreciação judicial [Acolhidos/Não acolhidos/Acolhidos em parte os Embargos de declaração; Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte)];
- c)** lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos de declaração opostos no processo nº 0015400-19.2009.5.04.0611;



- d)** dê solução ao pedido de antecipação de tutela formulado no processo n. 0020005-84.2016.5.04.0571 e nos demais listados no anexo 01 deste relatório;
- e)** lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da Impugnação à sentença de liquidação oposta no processo n. 0136900-86.2008.5.04.0611;
- f)** lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução opostos no processo n. 0109100-49.2009.5.04.0611;
- g)** lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à arrematação apresentados no processo n. 0000227-76.2014.5.04.0611.

ITEM 5.2.5 (Meta CNJ 6/2016)

Determina-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para que os processos nº **0001061-16.2013.5.04.0611** e **0000863-76.2013.5.04.0611** tenham tramitação prioritária, com prolação de sentença no menor prazo possível.

ITENS 7.11.1 (Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam registradas no sistema informatizado as dilações de prazo deferidas.

ITEM 7.11.3 (Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema INFOR)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.11.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam certificadas nos autos as diligências efetuadas, bem como registrado no sistema informatizado a dilação do prazo para cumprimento.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a)** realize a correta inutilização das folhas em branco na forma disposta pelo artigo 71 da CPCr;



- b) ao realizar carga dos autos às partes ou aos peritos, atente para a necessidade do preenchimento integral das informações consideradas imprescindíveis de acordo com as disposições do artigo 53 da CPC;
- c) em fase de liquidação de sentença, transcorrido *in albis* o prazo para elaboração dos cálculos, realize, com a maior brevidade possível, a notificação do perito contábil para tal finalidade;
- d) em fase de execução, realize a conclusão processual, com a subsequente decisão, logo após a devolução e juntada aos autos dos mandados de penhora e citação;
- e) como forma de evitar a situação identificada no **processo nº 0000706-11.2010.5.04.0611**, expeça autorização judicial para leiloeiro logo após o despacho proferido contendo tal determinação;
- f) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos seguintes processos: **0000706-11.2010.5.04.0611 e 0000966-83.2013.5.04.0611**;

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 890 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como os de n. **0000228-27.2015.5.04.0611, 0000283-75.2015.5.04.0611, 0000226-57.2015.5.04.0611, 0000227-42.2015.5.0.0611; 0000228-27.2015.5.04.0611; 0000282-90.2015.5.04.0611; 0000242-50.2011.5.04.0611, 0000281-08.2015.5.04.0611**, dentre outros;
- b) evite o uso indiscriminado de andamentos internos, regularizando a situação atual nos processos de n. **0000396-68.2011.5.04.0611, 0001097-58.2013.5.04.0611, 0000003-70.2016.5.04.0611, 0000391-46.2011.5.04.0611**, dentre outros;
- c) archive processos como os de n. **0000190-54.2011.5.04.0611 e 0000735-85.2015.5.04.0611**, dentre outros;
- d) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito e/ou atualize os registros em processos como os de n. **0000347-85.2015.5.04.0611**,



0001027-75.2012.5.04.0611, 0000101-89.2015.5.04.0611, e 0000412-85.2012.5.04.0611, dentre outros;

e) devolva Cartas Precatórias, atualize seus registros ou dê andamento às devolvidas como nas de nº **0000815-20.2013.5.04.0611, 0000294-12.2012.5.04.0611, 0000706-69.2014.5.04.0611, 0001107-68.2014.5.04.0611, 0000056-85.2015.5.04.0611 e 0000465-61.2015.5.04.0611** dentre outras;

f) aprecie as petições pendentes de análise como as protocoladas nos processos de n. **0000639-70.2015.5.04.0611 (ação cautelar – parado desde 17/09/2015), 0000738-45.2012.5.04.0611, 0014100-08.1998.5.04.0611 e 0000291-23.2013.5.04.0611**, dentre outras;

g) efetue e/ou registre o apensamento do processo de **0000700-67.2011.5.04.0611**, dentre outros;

h) efetue a remessa de autos ao TRT como do processo de n. **0063500-49.2002.5.04.0611**, dentre outros;

i) regularize o andamento de processos que já foram devolvidos ao arquivo, como no processo de n. **0050900-84.1988.5.04.0611**, dentre outros;

j) dê andamento a processos recebidos do TRT ou do TST como os de n. **0001021-34.2013.5.04.0611, 0000026-84.2014.5.04.0611, 0001084-59.2013.5.04.0611, 0000422-95.2013.5.04.0611**, dentre outros.

14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes Maristela Bertei Zanetti, Carolina Cauduro Dias de Paiva e Denilson da Silva Mroginski proferiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados ao final deste relatório, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão.

A Juíza Maristela Bertei Zanetti deverá informar a essa Vice-Corregedoria, em dez dias, **caso permaneçam pendências quando do recebimento deste relatório**, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação.

Os Juízes Denilson da Silva Mroginski e Carolina Cauduro Dias de Paiva deverão proferir sentenças nos processos n. 0000401-85.2014.5.04.0611 e 0000966-15.2015.5.04.0611, únicas pendências na data da publicação deste relatório, com a maior brevidade possível.

15 PRAZO PARA RESPOSTA



A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

Os Juízes Maristela Bertei Zanetti, Denilson da Silva Mroginski e Carolina Cauduro Dias de Paiva deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

16 PRESENÇAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Substituto Rafael Fidelis de Barros, com a Diretora de Secretaria Adriana Gambini de Oliveira e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de Cruz Alta, das 15h às 15h30, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram os advogados Ronaldo Gonçalves e Jorge Marchesan Júnior, representando a OAB subseção Cruz Alta.

17 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Substituto Rafael Fidelis de Barros, pela Diretora de Secretaria Adriana Gambini de Oliveira e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional



ANEXO 01

LISTAGEM DE PROCESSOS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PENDENTE DE SOLUÇÃO

0020005-84.2016.5.04.0571	0020401-38.2016.5.04.0611	0020671-62.2016.5.04.0611
0020012-87.2015.5.04.0611	0020408-30.2016.5.04.0611	0020689-83.2016.5.04.0611
0020044-92.2015.5.04.0611	0020429-06.2016.5.04.0611	0020690-68.2016.5.04.0611
0020063-64.2016.5.04.0611	0020448-12.2016.5.04.0611	0020726-13.2016.5.04.0611
0020067-04.2016.5.04.0611	0020453-34.2016.5.04.0611	0020769-47.2016.5.04.0611
0020068-86.2016.5.04.0611	0020454-19.2016.5.04.0611	0020776-39.2016.5.04.0611
0020093-02.2016.5.04.0611	0020455-04.2016.5.04.0611	0020797-15.2016.5.04.0611
0020139-88.2016.5.04.0611	0020465-48.2016.5.04.0611	0020811-96.2016.5.04.0611
0020145-95.2016.5.04.0611	0020466-33.2016.5.04.0611	0020812-81.2016.5.04.0611
0020152-24.2015.5.04.0611	0020467-18.2016.5.04.0611	0020815-36.2016.5.04.0611
0020164-04.2016.5.04.0611	0020468-03.2016.5.04.0611	0020829-20.2016.5.04.0611
0020171-93.2016.5.04.0611	0020469-85.2016.5.04.0611	0020845-71.2016.5.04.0611
0020176-18.2016.5.04.0611	0020473-25.2016.5.04.0611	0020873-39.2016.5.04.0611
0020199-95.2015.5.04.0611	0020477-62.2016.5.04.0611	0020875-09.2016.5.04.0611
0020216-34.2015.5.04.0611	0020535-65.2016.5.04.0611	0020879-46.2016.5.04.0611
0020226-44.2016.5.04.0611	0020545-12.2016.5.04.0611	0020884-68.2016.5.04.0611
0020228-48.2015.5.04.0611	0020555-56.2016.5.04.0611	0020900-22.2016.5.04.0611
0020231-03.2015.5.04.0611	0020556-41.2016.5.04.0611	0020907-14.2016.5.04.0611
0020243-17.2015.5.04.0611	0020568-55.2016.5.04.0611	0020913-21.2016.5.04.0611
0020268-30.2015.5.04.0611	0020569-40.2016.5.04.0611	0020935-79.2016.5.04.0611
0020277-89.2015.5.04.0611	0020570-25.2016.5.04.0611	0020946-11.2016.5.04.0611
0020286-17.2016.5.04.0611	0020571-10.2016.5.04.0611	0020949-63.2016.5.04.0611
0020316-52.2016.5.04.0611	0020593-68.2016.5.04.0611	0020950-48.2016.5.04.0611
0020333-88.2016.5.04.0611	0020604-97.2016.5.04.0611	0020969-54.2016.5.04.0611
0020346-87.2016.5.04.0611	0020629-13.2016.5.04.0611	0020979-98.2016.5.04.0611
0020369-33.2016.5.04.0611	0020654-26.2016.5.04.0611	0020992-97.2016.5.04.0611
0020380-62.2016.5.04.0611	0020669-92.2016.5.04.0611	



ANEXO 02

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

Juíza Maristela Bertei Zanetti – Processos de Cognição (77 processos)

0000904-72.2015.5.04.0611
0000366-91.2015.5.04.0611
0000261-17.2015.5.04.0611
0000523-64.2015.5.04.0611
0000573-90.2015.5.04.0611
0000662-16.2015.5.04.0611
0000363-39.2015.5.04.0611
0000577-30.2015.5.04.0611
0000382-45.2015.5.04.0611
0000642-25.2015.5.04.0611
0000637-03.2015.5.04.0611
0000455-17.2015.5.04.0611
0000872-04.2014.5.04.0611
0001264-41.2014.5.04.0611
0000684-74.2015.5.04.0611
0000976-59.2015.5.04.0611
0000055-03.2015.5.04.0611
0000229-12.2015.5.04.0611
0000672-60.2015.5.04.0611
0000678-67.2015.5.04.0611
0000822-41.2015.5.04.0611
0000893-43.2015.5.04.0611
0000985-21.2015.5.04.0611
0000994-80.2015.5.04.0611
0000327-94.2015.5.04.0611
0000688-14.2015.5.04.0611
0000699-43.2015.5.04.0611
0000997-69.2014.5.04.0611
0000513-20.2015.5.04.0611
0000715-94.2015.5.04.0611
0000375-53.2015.5.04.0611
0000691-66.2015.5.04.0611
0000915-04.2015.5.04.0611
0132300-27.2005.5.04.0611
0020223-89.2016.5.04.0611



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020227-29.2016.5.04.0611
0020279-25.2016.5.04.0611
0020412-67.2016.5.04.0611
0020418-74.2016.5.04.0611
0020417-89.2016.5.04.0611
0020272-67.2015.5.04.0611
0020206-53.2016.5.04.0611
0020107-20.2015.5.04.0611
0020692-38.2016.5.04.0611
0020248-05.2016.5.04.0611
0020234-21.2016.5.04.0611
0020282-77.2016.5.04.0611
0020369-33.2016.5.04.0611
0020339-95.2016.5.04.0611
0020420-44.2016.5.04.0611
0020053-20.2016.5.04.0611
0020137-21.2016.5.04.0611
0020563-33.2016.5.04.0611
0020565-03.2016.5.04.0611
0020567-70.2016.5.04.0611
0020573-77.2016.5.04.0611
0020574-62.2016.5.04.0611
0020575-47.2016.5.04.0611
0020576-32.2016.5.04.0611
0020577-17.2016.5.04.0611
0020588-46.2016.5.04.0611
0020589-31.2016.5.04.0611
0020638-72.2016.5.04.0611
0020380-62.2016.5.04.0611
0020562-48.2016.5.04.0611
0020585-91.2016.5.04.0611
0020254-12.2016.5.04.0611
0020061-94.2016.5.04.0611
0020124-22.2016.5.04.0611
0020399-68.2016.5.04.0611
0020564-18.2016.5.04.0611
0020538-20.2016.5.04.0611
0020410-97.2016.5.04.0611
0020413-52.2016.5.04.0611
0020180-55.2016.5.04.0611



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020739-12.2016.5.04.0611

0020290-54.2016.5.04.0611

Juíza Maristela Bertei Zanetti - Embargos de declaração (1 processo)

0000160-14.2014.5.04.0611

Juíza Maristela Bertei Zanetti - Embargos à execução (1 processo)

0000908-46.2014.5.04.0611